

Um dos grupos mais atuantes, estudiosos e ciosos de sua responsabilidade no Brasil de hoje é o grupo de intelectuais católicos de vanguarda, a que pertence José Kosinski Cavalcanti, autor deste "Documento" (condensação de livro a ser editado pela Editora Vozes). É um grupo que não se detém diante de convenções e preconceitos; que decidiu levar avante, a qualquer preço,

o processo de consciência deflagrado com João XXIII e consolidado no Concílio Vaticano II. Esse espírito aberto e atuante está evidenciado neste artigo, em que Kosinski — autor de quase todos os nossos artigos sobre religião de um ano para cá — desfaz mitos, analisa soluções, interroga — e se interroga — sobre o futuro da Igreja Católica.

# A IGREJA EM AGONIA

**A** Igreja está em crise. Seja quais forem as interpretações e os matizes que se proponham para explicar o fato, ou para minimizar os fenômenos que o denunciam, já é agora de todo impossível negá-lo simplesmente. E ele não atinge unicamente a Igreja como instituição sociológica, isto é, o complexo de formas sócio-religiosas que se cristalizaram e se tornaram estáveis — com função ao mesmo tempo religiosa, política e econômica — para assegurar a unidade e continuidade do grupo católico. A crise não é apenas da organização eclesiástica que, como tal, vem tentando adaptar-se ao mundo moderno através de várias reformas, especialmente a partir do Concílio Vaticano II. A verdade é que também oscilam e ameaçam ruir algumas das pilstras *teológicas* sobre as quais se sustentou durante séculos a cúpula do edifício de Pedro.

"O vigor dos debates conciliares teve por eco dentro da Igreja um movimento de liberdade de expressão e de pensamento que, longe de abandonar a fé, perscruta seus fundamentos e rejeita tôdas as escleroses", observa o Padre Georges Roustang S.J. Os limites das *verdades* impostas em nome da Revelação pelo magistério da Igreja já não aparecem tão nítidos. A Tradição, também, perde o caráter de absoluto sobre a doutrina da fé.

Em termos de ordem prática, verifica-se que o número de padres existentes para atender à população católica do mundo é um dado concreto particularmente sintomático. Há, em média, um padre para cada 4.891 católicos. Essa desproporção crescerá, sem dúvida, com a expansão demográfica. O *Anuário Pontifício* de 1964, fonte insuspeita, prevê para o ano 2000 a média de um padre para cada 7 mil católicos. Na América Latina, em certas regiões rurais, há paróquias com mé-

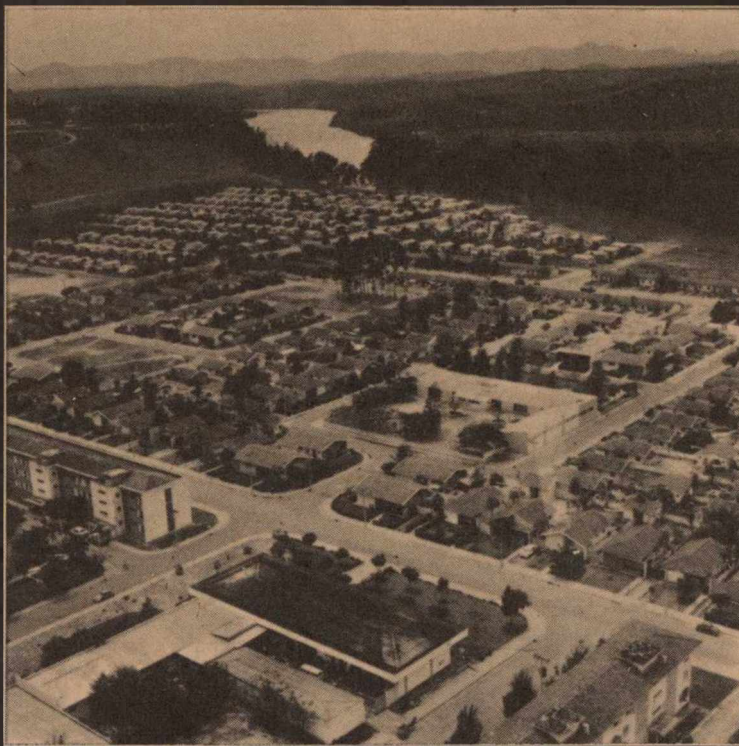
dias de 10 mil a 33 mil pessoas, disseminadas em áreas que variam entre 200 e 2 mil km<sup>2</sup>. Nos centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, a média é de 25 mil pessoas por paróquia. Em Havana, de 60 mil.

A previsão do *Anuário Pontifício* é, contudo, ainda otimista, pois que não leva em conta algumas circunstâncias que, evidentemente, estão acelerando o processo da crise que a Igreja atravessa. De um lado, padres, em número crescente, abandonam as fileiras da organização eclesiástica. De outro lado, aumenta gradualmente a evasão dos leigos católicos, principalmente em áreas urbanas. Muitos dos antigos *praticantes* deixam de obrigar-se às cerimônias do culto e à própria vida sacramental, nos termos em que é exigida pelas leis disciplinares da instituição. Aceitam o estado, talvez provisório, do "cristianismo sem religião" de que fala Dietrich Bonhoeffer. A liturgia oficial, malgrado suas últimas reformas, não lhes responde a necessidades existenciais do mundo de hoje. Tampouco os atemoriza uma perspectiva de castigo com as penas do inferno.

Para estes *ex-praticantes* — aos quais parecem irreconciliáveis um cristianismo autêntico e a vivência dos católicos — está morto "o Deus policial, que só se interessa pelas infrações cometidas; o Deus contabilista, que compõe o livro das boas e más ações".

**Os condicionamentos da "fé"** — Alguns especialistas têm abordado a crise embora timidamente, através de documentos em geral destinados à reflexão e reciclagem dos padres e dos religiosos. As análises que fazem, por mais rigorosas e honestas que pretendam ser, não se desvencilham, porém, de certos condicionamentos de uma fé impregnada pelo triunfalismo; por isso mesmo, apresentam conclusões invariavelmente otimistas, em que fica assegurado, sempre, o futuro da Igreja Insti-

(81)  
282  
H  
22261



## Esta cidadezinha é uma das responsáveis pelos lançamentos da Volkswagen, General Motors, Willys, Ford e Mercedes Benz.

Ipatinga, Minas Gerais.

Há cinco anos atrás, quando a Usiminas começou a operar, Ipatinga era só uma esperança, assinalada com um ponto, no mapa de Minas.

Hoje tem mais de 50 mil habitantes, quase todos ligados, dia e noite, à Usiminas.

Êles dormem aço, sonham aço, acordam aço. Quer dizer, põem amor na coisa (fabricam aço como se plantassem uma flor).

Nós achamos que tudo na vida é uma questão de dedicação: a Usiminas passa 24 horas por dia produzindo aço.

Por isso acabou produzindo o melhor aço. Com muita dedicação. E técnica, também

(os técnicos japoneses estão ajudando a Usiminas a melhorar, sempre, a qualidade de seu aço).

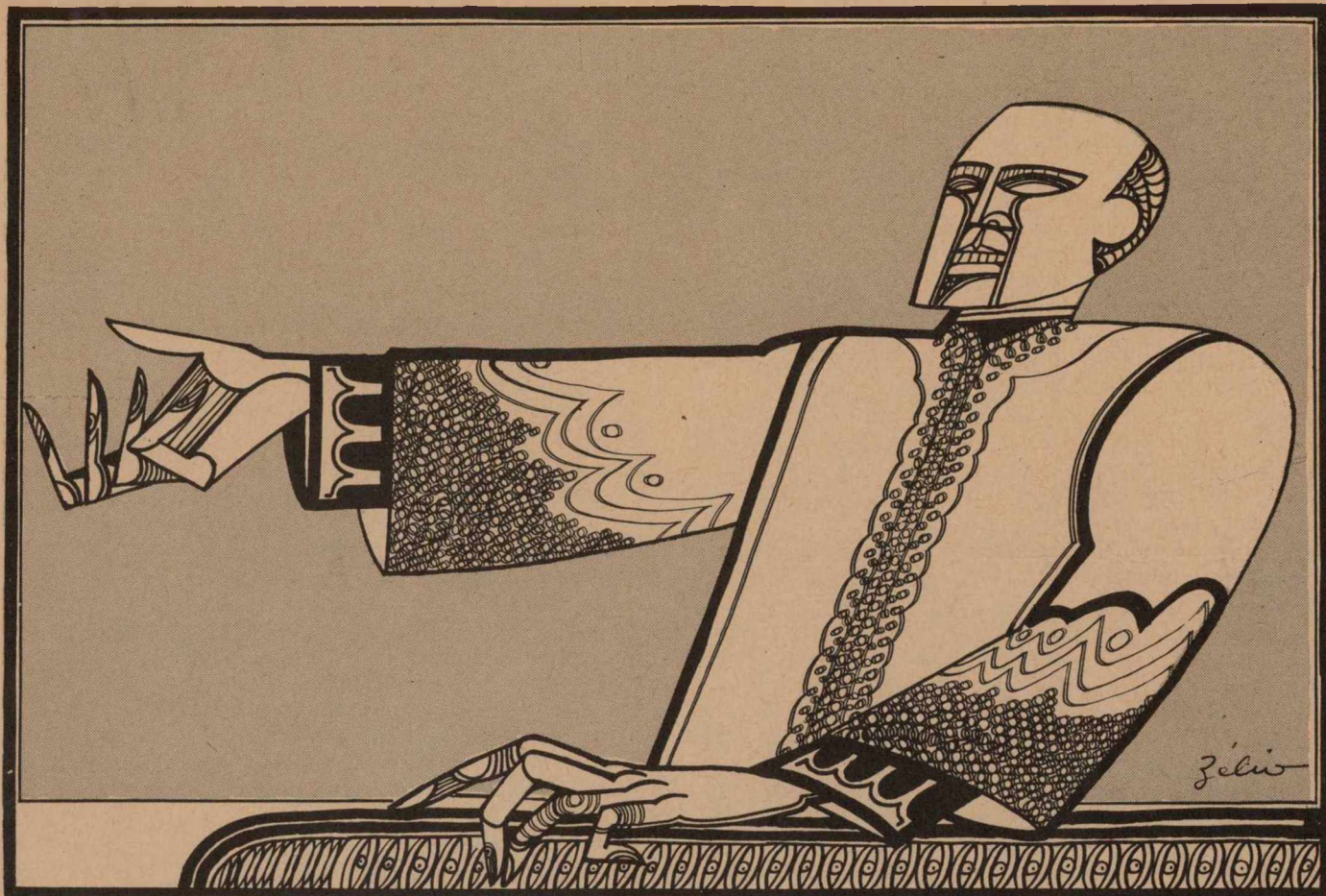
A Usiminas pode atender, cada vez melhor, a indústria automobilística. E vem ajudando na sua expansão.

Quando os engenheiros da Volks, da General Motors, da Ford, da Willys e da Mercedes planejam carros e peças em que êles empenham a reputação de suas empresas, sabem que podem contar com a Usiminas.

É para que êles tenham sucesso que Ipatinga passa 24 horas acordada, todos os dias.



**USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS SA - USIMINAS**



tucional, pela premissa de sua origem divina. A superação da crise, para êsses autores, é uma questão de fé.

Jean-Marie Paupert, jovem teólogo leigo francês, por exemplo — num livro tido, aliás, como “explosivo”, às vezes “insolente”, de crítica à instituição (*Vieillards de Chrétienté et Chrétiens de l'An 2000*) —, afirma que a Igreja não tem escolha: no ano 2000, ou ela será evangélica ou não existirá mais. “Ora”, escreve Paupert, “ela existirá, portanto...” E, a partir dessa profissão de fé, traça um retrato profético do que será, a seu ver, a Igreja do futuro.

Condicionamento análogo percebe-se no autor do Relatório do VI Encontro dos Secretariados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o jovem Padre Raimundo Caramuru de Barros, autoridade em assuntos de pastoral e especialista em planejamento da CNBB. Ele fala de “uma crise no sentido positivo”, ao referir-se a “certa insegurança em largas camadas do clero”. Define-a como “crise de amadurecimento”, “crise de relacionamento (dos presbíteros) com bispos, com outros presbíteros, com leigos”, “crise de fé e fundamentação teológica” e “crise em face das mudanças rápidas do mundo contemporâneo”. Confiante, porém, na origem divina da instituição eclesial — embora preveja que “nos próximos anos, provavelmente, essa crise se acentuará” —, o autor se sente em condições de garantir: “Apesar das tensões e desgastes, (a crise) produzirá, sem dúvida, frutos positivos, promovendo vidas sacerdotais mais purificadas, mais maduras e melhor integradas na comunidade eclesial e na comunidade humana”.

O Relatório da CNBB, fonte insuspeita, confirma algumas das múltiplas faces da crise que a Igreja atravessa, embora sempre a coberto de uma visão otimista. Suas indicações são extremamente úteis para um levanta-

tamento de pistas. O documento menciona: “a dispersão de orientação, opções e esforços dos religiosos”; “a falta de consciência eclesial na grande maioria do laicato”, afirmando que “poucos (leigos) conseguem integrar, em suas vidas, o relacionamento Igreja—Mundo”; os seminários, onde informa que a situação “é de crise, no bom sentido da palavra”; as vocações, uma questão, observa, “que já de longa data tem sido colocada como um dos problemas mais agudos da Igreja no Brasil”; finalmente, “as estruturas fundamentais da Igreja (diocese e paróquia)”, onde informa que “se percebe uma crise generalizada”.

De certo que a crise da Igreja é bem mais grave e profunda do que suportam admitir os seus documentos oficiais, sujeitos à censura da hierarquia, de um lado, e, de outro, a certa dependência psicológica da instituição eclesial. O Padre Caramuru inicia seu livro *Brasil: uma Igreja em renovação* com um testemunho significativo: “O movimento de renovação da Igreja, no Brasil, conduzido certamente pela ação do Espírito Santo...” (O grifo é nosso.) A premissa é não somente dêle, mas de todos os que continuam crendo na possibilidade de renovar a velha estrutura, permanecendo dentro dela. Mas a verdade é que êstes são cada vez em menor número. “As pessoas de cuja lealdade e obediência depende a eficácia dessa estrutura a abandonam cada vez mais”, observa Monsenhor Ivan Illich, diretor do Centro de Formação Intercultural de Cuernavaca (México). E afirma que “o maciço êxodo clerical durará enquanto continuar o atual sistema” (em *Clero, uma espécie em extinção*, 1967).

Illich adverte ainda contra a transformação da “aristocracia sacerdotal” numa “tecnocracia clerical” que ele identifica nas últimas reformas da instituição, e acentua que “a eficácia corrompe mais sutilmente o testemu-

3

no cristão que o poder". Um dos aspectos mais paradoxais da política da Igreja, comenta Illich, "é o fato de que o sacerdote seja, ao mesmo tempo, membro da aristocracia do único poder feudal que sobrevive no mundo ocidental e de um poder cuja soberania foi reconhecida no Tratado de Latrão".

Este poder, diz ele, está utilizando em escala crescente a sua estrutura diplomática para oferecer serviços a agências internacionais, como a FAO, o UNICEF, a UNESCO e a própria ONU. A expansão da estrutura diplomática, para exercer uma ampla gama de atividades, exige um número crescente de "empregados" e requer maior especialização técnica dos recrutados. "A hierarquia", diz Illich, "acostumada a exercer controle absoluto sobre seus empregados, procura, para preencher esses postos, unicamente padres domesticados. Mas o grande esforço empenhado nesse recrutamento intensivo esbarra contra uma forte tendência oposta: anualmente, o número de pessoal que abandona a instituição eclesiástica é quase igual ao número de novos recrutados. Daí se explica que a hierarquia aceite os leigos do tipo submisso para ocupar tais postos."

O jesuíta francês Georges Roustang, de sua parte, em artigo publicado pela revista *Christus*, dos padres da Companhia de Jesus ("O terceiro homem"), pela primeira vez pôs em letra de fôrma numa publicação católica um fato que escandalizou muitos círculos eclesiásticos: "Numerosos são os cristãos que acabam por discernir explicitamente a fé em Deus e em Jesus Cristo da fé na Igreja, tal qual ela aparece através do culto e das tomadas de posição da hierarquia. Até então, tudo estava ligado. Se acontecia que uma medida particular fôsse mal recebida, não se aceitava menos essa medida do que as afirmações de Cristo, com as quais a Igreja se identificava praticamente. Ora, a crítica de si mesma que a Igreja iniciou no Concílio, seu arrependimento de faltas passadas, o questionamento de certos hábitos e certas leis, atingem o princípio da relação Cristo-Igreja e criam certa distância entre esses dois termos. Parece perigoso e falso tomar como absoluto o que a Igreja afirma hoje, quando as suas afirmações de ontem se revelaram insuficientes e são mesmo, às vezes, contraditadas. Por este fato mesmo, o cristão é reenviado à sua consciência. Se espera que a Igreja docente formule novas regras que fará tudo para aceitar, não pode tomá-las como dinheiro contado. Sabe que o desejo de reforma instaurado pelo Concílio passa agora por ele e se perpetua através dos seus esforços pessoais de lucidez".

**A queda do mito** — É certo que não é a Igreja Católica a única igreja institucionalizada em crise. Nenhuma, porém, se apresenta tão complexa e envolve tantas dificuldades. A reforma inaugurada pelo Vaticano II parece ter despertado forças que estavam longe de ser previstas na mente daqueles que participaram do Concílio. Mas "uma reforma não faz senão liberar as forças que existem, ela não as cria", como diz o bispo anglicano John A. T. Robinson, em *The new reformation?* (Ed. SCM Press, Londres).

No caso da Igreja Católica, ela sofre particularmente com o peso de certas tradições que, eficazes no passado, dão à sua crise, hoje, efeitos trágicos sobre grande parcela dos seus fiéis. O dogma da infalibilidade do Papa, em tempos idos, valeu como fonte de segurança para a comunidade eclesial. Distorcido com o correr do tempo, e reabsorvido, de forma ampliada, pela tradição, transformou-se em semente de graves obstáculos à renovação pretendida hoje.

O dogma, propriamente, diz respeito apenas a assuntos de fé e supõe que o Pontífice se pronuncie com

a intenção explícita de defini-los *ex cathedra*. Permitiu-se, entretanto — com a conivência de pregadores e apologetas —, que fôsse vulgarizada a idéia de que a infalibilidade ia muito mais além. Doutrinas e leis disciplinares, do mesmo modo que as pessoas dos membros da organização eclesiástica, passaram a ser bafejados pelo seu sôpro divinizante — muito útil, é bom que se diga, à manutenção de um *status* religioso e social que, conquanto sem qualquer expressão evangélica, se revelou bastante eficiente para aumentar a influência da instituição sobre a sociedade civil. A Igreja, sem dúvida — é notório especialmente no Brasil —, tirou bom proveito desse duradouro equívoco e nele hauriu poder político.

Criou-se um mito de cultura, autenticidade e santidade em torno dos homens e assuntos eclesiásticos. Tal qual um bumerangue, ele se volta agora contra a Igreja que se propõe reformar e desempenhar uma função evangélica de caráter social, num mundo estrangulado pelas questões sociais e econômicas.

Para um grande número de católicos — por força do enraizamento profundo desse mito — cada falha humana descoberta na Igreja é uma pedra que se retira do edifício de sua fé. Assim também as mais bem intencionadas reformas e mudanças liberais na disciplina têm, sobre estes, efeitos negativos. Quantos há que ficam desgostosos, inquietos, inseguros, só de verem um padre sem batina! Quantos se perturbam diante do assentimento, hoje tão comum, dado pelos ministros da Igreja ao uso de anticonceptivos pelas mulheres! Quanta fé estremece e hesita em aceitar a amenização dos rigores da quaresma!

Ao nível das questões sociais e políticas, o problema é agudo, e pode-se dizer que o mito foi responsável, até certo ponto, pela radicalização de dois grupos — os integristas, que encarnam uma espécie de fascismo clerical, como forma de reação ao grupo dos progressistas, a tropa de choque do movimento reformista da Igreja Institucional e que pode tender a certa intolerância nas atitudes práticas em face da agressividade do outro grupo.

Não é difícil entender como podem, pessoas que crêem no mesmo Cristo e na mesma Palavra, encontrar-se em posições diametralmente opostas.

O falecido Cardeal Spellman exprimia certamente a opinião de grande número de católicos americanos quando se declarou favorável à guerra no Vietnã e admitiu mesmo a destruição de um povo; sua declaração provocou, no entanto, imediata repulsa de outra grande massa de católicos.

Na Argélia, os católicos se dividiram, com a maioria a justificar a guerra em nome do Evangelho.

Na África do Sul, muitos apóiam o *apartheid*. Nos Estados Unidos, segundo inquérito do semanário *Newsweek*, 46% dos católicos não receberiam a comunhão das mãos de um sacerdote negro.

E no Brasil não são poucos os que aplaudem e clamam pela violência da repressão policial contra os membros da sua própria Igreja que optaram por um engajamento social na linha progressista. Nem seria de admirar que viessem a acender, no País, fogueiras de uma nova Inquisição — em nome da Igreja Católica Apostólica Romana e alegando a defesa da família, das tradições e da propriedade. Pois se o Papa Paulo VI foi chamado de "heresiarca" pelos integristas franceses, como o Padre Georges de Nantes, não surpreenderia que os brasileiros queimassem os "hereges" que procuram levar às últimas conseqüências os ensinamentos da eclicca *Populorum Progressio*.

Difícil de entender? Mas entender supõe também o saber como entendem os outros, ou, às vezes, porque



não entendem aquilo que a uns parece óbvio. Nisso reside, aliás, toda a dificuldade do diálogo, e igualmente a única forma de realizá-lo.

É preciso levar em conta que, no Brasil, o socialismo, o comunismo, o marxismo-leninismo, foram sempre apresentados aos fiéis católicos, ao povo em geral, como sinônimos perfeitos, e que a Igreja os apontava sistematicamente como os maiores adversários da fé neste século. Escreveram-se toneladas de livros, artigos e cartas pastorais, gastaram-se milhares de horas de pregação nos templos, para advertir contra os riscos da tolerância, contra esses inimigos da religião. A palavra *socialismo* ganhou uma conotação profundamente diabólica, arrastando consigo o termo *socialização*. Como pode, pois, agora, o integrista entender que um membro da sua Igreja defenda a tese da socialização econômica? E muito menos que alguns deles se proponham a implantar — no Brasil! — regime do tipo socialista? Como pode admitir que este seu irmão de fé seja capaz de engajar-se em atividade subversiva, luta revolucionária, guerrilha, que para ele, integrista, só servirá à conquista do poder pelos comunistas?

Toda a simpatia do Papa Pio XII pela causa da Alemanha Nazista vinha não unicamente de suas afinidades com o espírito germânico, mas, em grande parte, da circunstância de que ele entendia que os exércitos de Hitler constituíam a única barreira capaz de opor-se à expansão do comunismo soviético. Saul Friedländer, no livro *Pio XII e a Alemanha Nazi*, revela, através de copiosa documentação, os dilemas que levaram o Papa a atitudes ambíguas diante do genocídio nazista contra o povo judeu. Temia o Papa Pio XII, sobretudo, que, depois de vencida a Alemanha, com a União Soviética apoiada pelos aliados, saíssem os comunistas à conquista do mundo.

Ora, tal exemplo explica a violência integrista contra os que defendem teses porventura semelhantes às defendidas pelos comunistas. E mostra também como foi possível, em 1964, na Guanabara, um pastor da Igreja incitar à violência contra ovelhas do seu rebanho. É a consequência trágica do mito que absorveu o

dogma da infalibilidade e o expandiu a todas as pessoas e assuntos eclesiásticos.

Contudo, na prática, integristas e progressistas continuam a pertencer à mesma instituição eclesiástica. Uns e outros têm representantes em todos os seus níveis: laicato, clero, religiosos, episcopado.

**O preço da unidade** — A coexistência dessas correntes antagônicas dentro de uma mesma Igreja tem sido possível, até agora, porque entre elas flutuam outras que permitem certo equilíbrio, por força da necessidade de resguardar uma aparência de unidade.

No plano da hierarquia, há bispos que oscilam como pêndulos. Adotam posições ambíguas ou, quando se trata de escapar a definições incômodas, mergulham, tempo integral, em tarefas que rotulam de “apostólicas” ou “administrativas”.

Mas também existem aqueles que, a exemplo dos políticos profissionais, simplesmente conversam e conversam, para contemporizar, na esperança de um adiamento das rupturas que compreendem ser inevitáveis. Muitos têm-se revelado, até, hábeis no *métier*. Conseguem um relativo equilíbrio das forças internas em choque, ajudando a conservar uma unidade aparente do episcopado. Trata-se, porém, de uma unidade de caráter sobretudo político. É um espírito de classe — a que a linguagem eclesiástica poderá chamar de *afeto colegial*.

O Padre Caramuru de Barros, em seu livro *Brasil: uma Igreja em renovação*, observa que “faz parte da tradição da Igreja, no Brasil, a atitude de afeto colegial dos seus bispos”, a qual “eclode com grande intensidade em momentos fortes de crise”.

Exemplos recentes mostram como podem ser ambíguos os frutos desse *afeto colegial*. Em 1967, ele foi amplamente manifestado pelo episcopado nacional a três bispos considerados progressistas (Dom Valdir Calheiros, Dom Antônio Fragoso e Dom Davi Picão), que se encontravam em posição difícil e delicada, dentro de suas dioceses, sob pressão de forças político-militares. O *afeto colegial* concretizou-se com um manifesto da Comissão Central da CNBB sobre a missão da Igreja no

5

mundo de hoje, cujo objetivo evidente foi dar o respaldo de toda a hierarquia à pessoa de cada um dos três prelados. Não implicou, entretanto, numa solidariedade ideológica dos signatários. Tanto assim é que, em dias imediatos, pelo menos três deles se pronunciaram de público, individualmente, sobre os mesmos temas, matizando-os cada um a seu modo: Dom Agnelo Rossi, Dom Jayme Câmara e Dom José Gonçalves da Costa. Tratava-se, em verdade, no manifesto da Comissão Central, de preservar a imunidade das pessoas de alguns bispos, em benefício da imunidade de todos.

Não quer isso dizer, absolutamente, que os membros do episcopado nacional tenham perseguido de ânimo consciente esse objetivo específico. São os momentos fortes de crise que induzem a esse comportamento de classe, sem que, na maioria das vezes, os membros do grupo cheguem a ter plena consciência das linhas de força que orientam a ação. Mesmo porque, no caso da hierarquia brasileira, é sabido que são muitos os bispos ingênuos ou aos quais faltam instrumentos intelectuais para captar e analisar os perigos reais que pairam sobre a instituição eclesiástica, no atual momento.

Viu-se prova dessa ingenuidade em recente episódio no Nordeste, quando vários bispos perderam um total estimado em 500 mil cruzeiros novos, que haviam emprestado, sem nenhuma garantia séria, e a juros ilegais de 10% ao mês, a um aventureiro já processado, mais de uma vez, como estelionatário e chantagista. O caso tornou-se escândalo nacional graças a um jornal que mantém, naquela região, repórteres com o objetivo específico de tentar surpreender, em ações suspeitas ou irregulares, os bispos tidos como progressistas. Os implicados não se enquadravam nessa classificação. Foram vítimas da circunstância de que, no País, são poucas as pessoas bem informadas sobre assuntos de Igreja e capazes de identificar as posições dos seus cento e tantos prelados, o que também se explica porque nem eles próprios, os bispos, em sua grande parte, têm as suas posições definidas. Quanto à imprensa, sabe os nomes de meia dúzia deles, se tanto, notoriamente progressistas.

Mas a rede havia sido lançada e puxada, e só muito tarde se verificou que os peixes nela apanhados não eram meros "subversivos". Durante dias, os nomes dos bispos apareceram em amplas reportagens. Os poucos que intentaram defender-se o fizeram de maneira desastrosa. Alegaram alguns que os 10% não eram juros, eram "participação nos lucros" do aventureiro. Mas, dele, os bispos só tinham promissórias assinadas. Um dos prelados, ao negar sua participação, chegou a comprometer seriamente a tradição do *afeto colegial* dos bispos, ao afirmar textualmente que só punha a mão no fogo por ele próprio.

As operações realizadas não tinham como justificar-se. Qualquer explicação pública seria altamente incômoda. Não era caso, por isto, de um pronunciamento coletivo. Únicamente o silêncio poderia suavizar as repercussões sobre a opinião pública e permitir que as autoridades fizessem vista grossa ao deslize episcopal contra a lei da usura. E o silêncio foi obtido.

O *afeto colegial* exerceu-se segundo modelo específico para a situação. Alguns altos dignitários eclesiásticos fizeram visitas de cortesia, em caráter reservado, aos dirigentes dos principais órgãos de imprensa que vinham noticiando o episódio. No dia imediato, como por um passe de mágica, não se tocou mais no assunto. Sepultava-se o escândalo — para que a Igreja Institucional continuasse *una e santa*. Nem por isso, contudo, os fatos deixaram de existir.

Quaisquer que tenham sido as intenções e o grau de consciência no ato dos bispos implicados, alguns

juízos, sem dúvida, podem ser formados: eles demonstraram incompetência como administradores; praticaram um ilícito penal; foram beneficiados por um privilégio que os livrou das malhas da lei; e desrespeitaram a miséria que os cerca com a perda irresponsável de tão vultosa soma. São traços que, evidentemente, não servem a uma Igreja que se pretende adaptada ao mundo moderno e, muito menos, evangélica.

É importante também ressaltar as circunstâncias, novas no quadro da vida brasileira, que tornaram o episódio um escândalo nacional. Se tivesse ocorrido há uma dezena de anos, envolvendo os mesmos bispos, é quase certo que nem teria chegado ao conhecimento público. Os jornais se recusariam a divulgá-lo.

**Imagens de igreja** — Até relativamente pouco tempo, a imprensa, no Brasil, resguardava as pessoas e assuntos eclesiásticos. Era uma praxe quase geral, não inspirada pelo mito de infalibilidade, mas ditada pela conveniência. A Igreja sempre deteve considerável força política no País. Interessava, pois, ao jornal, manter-se em boas relações com ela. Únicamente os pasquins, vez por outra, ousavam desafiá-la, quando, eventualmente, algum clérigo era apanhado em situação comprometedor para os padrões burgueses da época. Os grandes jornais mantinham, a propósito, uma atitude discreta, que só era rompida se e quando a própria Igreja lançava o clérigo às feras, retirando-lhe os privilégios eclesiásticos. Então se regalavam também.

As duas instituições, Igreja e Imprensa, cortejavam-se, uma reconhecendo a influência exercida pela outra sobre o seu mercado — a opinião pública. O jornal necessitava da Igreja, para garantir-se o mercado de leitores católicos. Evitava por isso ferir as suscetibilidades dos membros da instituição e a sensibilidade religiosa dos fiéis devotos. A Igreja precisava do jornal para as suas campanhas, apostólicas e financeiras, a divulgação de festas religiosas, procissões e quermesses.

Padres e freiras eram vistos assiduamente nas redações, com aquele sorriso obrigado e humilde dos candidatos a emprêgo nas ante-salas ministeriais. Os eclesiásticos de mais alto escalão hierárquico postulavam através de cartas, convenientemente timbradas com seus brasões, e junto com bênçãos indulgenciadas e com louvores aos elevados critérios de orientação moral da direção da empresa. Louvores que, eventualmente — se gravados em letras góticas sobre pergaminho —, podiam chegar a ser quadro numa parede da sala do diretor. Em letra e papel comuns, desapareciam na cesta de lixo do secretário. Mas não sem antes despertarem a lembrança de algumas anedotas pornográficas. Envolvendo, é claro, padres e freiras.

Generalizações são quase sempre injustas. Houve milhares de padres e freiras que jamais puseram os pés numa redação de jornal e que não participaram desse comércio ambíguo, assim como houve bispos que não aderiram a esse *modus vivendi*, que, no entanto, representou uma característica da época.

Embora se tratassem com mútua cortesia, as duas instituições, no íntimo, não se respeitavam. Mantinham relações tipicamente farisaicas. Os homens de imprensa, desde os donos de jornal aos mais modestos repórteres, com raríssimas exceções, desprezavam os padres e a Igreja. Detestavam sobretudo a necessidade profissional de servi-los, divulgando as suas notícias destituídas de qualquer interesse jornalístico.

Também não é mistério o juízo severo que, sobre a imprensa leiga, faziam os homens da Igreja. Lembram-se perfeitamente os fiéis católicos das objurgatórias lançadas contra ela das tribunas do púlpito e das publicações confessionais. Distinguiam a boa e a má

imprensa. A má imprensa era a não-católica, isto é, a imprensa leiga, de que, no entanto, a Igreja se servia prazerosa e assiduamente. A boa imprensa seria o jornal católico que nunca passou de sonho da instituição, objeto de repetidas e fracassadas tentativas, e eterno sorvedouro de donativos.

Algo aconteceu, porém, nos últimos anos, que atingiu fundamente a base do relacionamento Igreja-Imprensa. Encerrou-se a era da cortesia incondicional, com uma parte, pelo menos, da Igreja tendo perdido os antigos privilégios: a área dita progressista. Ao nível da hierarquia, seria quantitativamente pequeno o prejuízo da instituição eclesiástica, pois que são poucos, no Brasil, os bispos que nela se situam. Ocorre, porém, que se trata da área mais atuante, empenhada em diálogo com o mundo. Foi ela, sem dúvida, que tirou a Igreja das sombras de museu em que vivia até o pontificado de João XXIII, transformando-a, tornando-a assunto de primeira ordem para os meios de comunicação social.

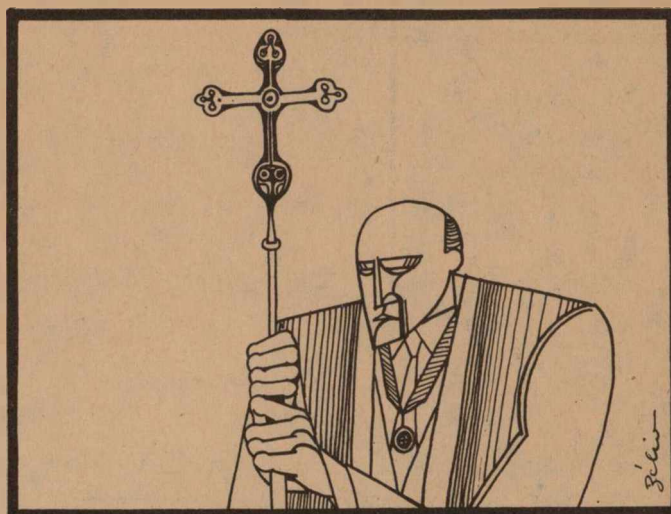
É nesse sentido que o rompimento do *gentlemen's agreement* entre a Igreja e a Imprensa, por iniciativa desta última, representa prejuízo realmente grande para a instituição eclesiástica. O episcopado nacional — em que predominam numericamente os conservadores — encontra-se num dilema. No íntimo de suas consciências, a maioria dos bispos sabe perfeitamente que os progressistas encarnam com fidelidade e relativa eficácia o espírito de reforma do Vaticano II. Os conservadores, porém — por comodismo ou covardia —, desejariam acomodar-se a esquemas de longo prazo, dentro de um planejamento pastoral preferentemente livre de maiores exigências de caráter social, difíceis de realizar sem um afrontamento com o poder temporal instituído. Gostariam de saborear, tranqüilamente, certas pequenas mudanças que não engajam nem comprometem politicamente: concelebrar, rezar o *Canon* da missa em vernáculo, embelezar as cerimônias do culto com a participação dos fiéis, adotar métodos pedagógicos modernos na catequese, desenvolver entre os leigos movimentos de espiritualidade conjugal, e promover formas de assistencialismo discreto como a Campanha da Fraternidade — onde se pode até praticar uma caridade limitada mas sem risco da perda de privilégios. E tudo isso em boas relações com o Governo, de modo a continuar obtendo dele colaboração em forma de financiamentos, ajudas e concessões — novos nomes com que a “tecnocracia clerical” pode batizar os velhos favores e benesses do Estado à Igreja. E tudo isso seria possível, e a Igreja e o Estado o fariam de bom grado, não fôssem os progressistas, que são poucos mas incômodamente ativos, atraindo sobre a instituição as atenções da imprensa, as suspeitas das forças a serviço do *status quo*, e entornando assim o caldo.

**O grande dilema** — A maioria desses fenômenos, entretanto, não chega a traduzir o maior dilema da Igreja. Todos eles têm suas causas mais ou menos evidenciadas. O setor da imprensa que fustiga a chamada Igreja Progressista não é mais do que uma parcela e o porta-voz do esquema de forças dominantes. Defende simplesmente o *status quo*, contra quem pareça ameaçá-lo. Em princípio não ataca a fração eclesiástica que não lhe representa perigo. Faltam-lhe informações precisas, para identificar quem é quem, dentro da instituição. Por outro lado, os pronunciamentos coletivos do episcopado nacional — embora na maioria das vezes suficientemente ambíguos para servir a manchetes de tendências opostas — acabam por confundir os vigias do regime, que se deixam impressionar sobretudo pela atitude de *afeto colegial* dos bispos.

O grande dilema, porém, escapa à argúcia da maioria dos observadores. Ele resulta do afrontamento entre toda a Igreja instituição sociológica, de um lado — para a qual a conservação do *status quo* continua sendo imperativo de sobrevivência —, e, de outro, uma nova e revolucionária concepção de Igreja, por enquanto vagamente esboçada através unicamente de algumas pistas sobre suas possíveis formas futuras.

Não se trata, pois, de uma confrontação entre reformistas e não-reformistas, tampouco entre *esquerda* e *direita* da Igreja, até porque tal classificação não corresponde a uma realidade profunda. De modo geral, o católico — seja ele bispo, padre, leigo — pode ser bastante reformista num setor e ultramontano em outro, ou seguir a direção dos ventos políticos. Católicos da pequena e da grande burguesia podem ser bastante reformistas enquanto se trate de modernizar o culto ou mudar os seus padrões morais, mas — pelo motivo óbvio da segurança dos seus bens e privilégios — incapazes de aceitar a hipótese de qualquer engajamento político reformista. Este tipo de engajamento encontrará maior receptividade entre os católicos dos movimentos juvenis e dos subproletariados urbano e rural — pelo motivo também óbvio de que nada ou pouco têm a perder.

Certo, isso não se aplica unicamente aos membros da Igreja Católica. É um fato sociológico, que independe de confissão religiosa, embora as lições da história



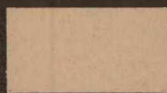
moderna ensinem que motivações religiosas podem perfeitamente levar os homens a superar tais condicionamentos. E aí reside a grande contradição da Igreja: ela não o consegue, enquanto é uma comunidade de homens dependentes da sua estrutura. Justamente por isso não atinge a meta de um Evangelho instrumento de libertação. “Do mesmo modo que Cristo consumou a redenção na pobreza e na perseguição, (a Igreja), para poder comunicar os frutos da salvação, é chamada a seguir o mesmo caminho” (Vaticano II, *Lumen Gentium*, Cap. I, n.º 8). A instituição, porém, não consegue realizar esse encontro com a grande massa dos homens que sofrem a miséria, a fome, a doença de massa. Quando ele se realiza, é individualmente: é deste ou daquele bispo em particular, deste ou daquele sacerdote, religioso, leigo, que — apesar da instituição e contra ela — correram o risco da aventura evangélica e jogaram, por sua fé, a grande cartada do engajamento na luta contra o subdesenvolvimento e as forças que o acorrentam.

A única saída para a crise da instituição seria a reforma radical das suas estruturas, contra a qual a própria instituição se opõe, e por isto mesmo está em crise. É um beco sem saída, portanto.

# VOCÊ É CONTRA A MINI-SAIA?



SIM

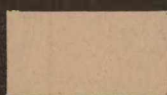


NÃO

# VOCÊ GOSTA DE IÊ-IÊ-IÊ?

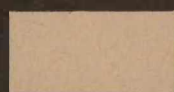


SIM

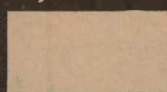


NÃO

# VOCÊ LÊ SELEÇÕES?



SIM



NÃO

Muita gente é contra a mini-saia. E muita gente, em compensação, usa. Você pode ser contra o iê-iê-ê e só admitir a música popular brasileira. Mas... e os Beatles? Vamos admitir que você não leia Seleções. Que você tenha assinalado o quadrinho da palavra não lá em cima. Porém, mais de um milhão de pessoas lêem Seleções mensalmente! É... Você anuncia em Seleções? Ou só porque pessoalmente não lê, você deixa de atingir mais de um milhão de consumidores potenciais mensalmente? Francamente, se

you é de Agência ou Anunciante, não importa se você lê ou não Seleções. Em 1968 Seleções aumentou sua tiragem para 500 000 exemplares. Nenhuma outra revista fez este substancial aumento de circulação. Claro que Seleções é uma revista para você ler. Mas é, principalmente, uma revista para você anunciar. Pense nisto.

**Seleções**  
do Reader's Digest

A necessidade de mudança, que está no íntimo da consciência histórica da Igreja, gerou, no entanto, dois sistemas de forças que começam a romper, aqui e ali, o equilíbrio e a estabilidade da estrutura. Por fora, são as mudanças rápidas do mundo contemporâneo. Por dentro, é a pressão dos que compreendem a urgência da mudança, isto é, de que a Igreja, a exemplo de Cristo, “enviado a anunciar a boa nova aos pobres, a proclamar a libertação dos cativos”, “a procurar salvar o que estava perdido”, a Igreja de Cristo “deve amar a todos os angustiados pelo sofrimento humano, reconhecer a imagem do seu Fundador, pobre e sofredor, nos pobres e nos que sofrem, e esforçar-se por aliviá-los a indigência, e nêles servir a Cristo” (*Lumen Gentium*) — e tudo isso não se faz com a palavra, que mata, mas com o espírito, que vivifica.

**A Igreja do futuro?** — Diante do fato de que a estrutura da Igreja se revela um obstáculo intransponível a essa missão evangélica, muitos padres e leigos católicos se perguntam se devem permanecer dentro dela, para provocar a sua subversão, como diz Monsenhor Ivan Illich, ou se devem abandoná-la, para viverem, fora, o modelo da Igreja do futuro.

Ninguém parece, contudo, suficientemente encorajado a responder de público a essa pergunta. Pouco importa. “Os que modificam mais profundamente a



história não são os que dão uma nova série de respostas, mas os que permitem uma nova série de perguntas” (Reverendo John A. T. Robinson, em *The new reformation?*). Monsenhor Ivan Illich acha, entretanto, que são necessários “sacerdotes que abandonem as fileiras do clero, sem renunciar ao celibato, para converter-se em pioneiros dessa Igreja do futuro”. Os monges beneditinos de Cuernavaca deram exemplo disso, abandonando o mosteiro para formar a comunidade ecumênica de Emaús.

A instituição, como tal, não constitui verdade de fé para os teólogos modernos. “A Igreja é mistério, quer dizer, realidade embebida da presença divina, e por isso mesmo sempre objeto capaz de novas e mais profundas investigações” (Paulo VI, *Alocução de Abertura da 2.ª Sessão do Vaticano II*).

Illich prefigura um tipo de sacerdote-leigo, o não-clérigo ordenado, que “nem a imaginação nem a terminologia eclesiástica atuais”, diz êle, “estão em condições de poder definir”. Sacerdote dominical? Sacerdote de meio-expediente? Sacerdote secularizado? De qualquer modo, seria principalmente “o ministro do Sacramento e da Palavra, e não o factótum religioso, que desempenha de maneira superficial os papéis sociais e

psicológicos que se acumularam nas sacristias”. Nessa Igreja sem padres”, um leigo adulto (um dentista, um funcionário, um médico, capaz de prover a própria subsistência, e não um empregado da Igreja), ordenado diácono, preside a comunidade cristã. O ministério é apenas mais uma atividade no seu tempo livre do que um trabalho. A *diaconia*, na prefiguração de Illich, torna-se a unidade primária da Igreja. É a própria Igreja. Sua base é a casa, não o templo. O encontro regular de amigos substitui a assembléia dominical de estranhos. O diácono é um homem maduro em sabedoria cristã adquirida ao longo da sua experiência de vida e no seio de uma liturgia íntima. O matrimônio e a educação dos seus filhos — e não o celibato como condição legal para a ordenação — lhe dão a capacidade para uma liderança responsável.

Nessa “Igreja sem padres”, o sacerdote-leigo — ganhando a sua vida como qualquer outro homem — preside reuniões semanais de uns doze diáconos. Juntos, lêem as Escrituras, estudam e comentam a instrução semanal do bispo. Depois de cada missa, cada diácono leva para casa o Sacramento e o guarda junto ao crucifixo e à Bíblia.

O bispo, liberado das tarefas executivas e administrativas, tem tempo de concelebrar de vez em quando e é capaz de preparar e fazer circular uma seleção semanal de leituras, com alguns pontos para discussão. Ele e seus sacerdotes preparam a liturgia familiar para as *diaconias*.

Em artigo divulgado o ano passado na revista *Vozes*, o Cardeal Suenens — eminente figura do Concílio e do Sacro Colégio (um dos *papabili* na sessão de João XXIII) — observa que o Vaticano II mostra de maneira evidente “a Igreja como diaconia a serviço da humanidade”, isto é, “ativamente presente no mundo de hoje, situada no coração de seus problemas”. Afirma Suenens que “é na América Latina que se decide o futuro da Igreja Católica”, aqui “onde se coloca o maior problema social do nosso tempo: o dos países em vias de desenvolvimento, onde se vive com intensidade o drama do desnível entre os países ricos e os pobres, entre as nações que têm e as que não têm, essa gigantesca disparidade, êsse insulto atirado no rosto da humanidade, conforme as palavras do Papa — um drama que é reforçado pelo desnível dentro de cada nação: entre a minoria proprietária de oito décimos de tóda a riqueza e uma imensa maioria de povo faminto”.

A Igreja não pode omitir-se nesta encruzilhada da história, diz Suenens. Na Europa do século XIX, lembra, ela teve que se confrontar com a questão social que se colocava no interior dos países, quando as classes trabalhadoras entraram em luta para obter condições de vida e de trabalho dignas da condição humana. “A luta foi longa e dolorosa. Os homens da Igreja”, comenta o Cardeal, “foram demasiado lentos em perceber a amplidão e acuidade do problema. O manifesto de Marx é de 1848, a encíclica de Leão XIII — *Rerum Novarum* — é de 1891.” Conclui Suenens advertindo: “É preciso que a Igreja do século XX não se esquivе de seu dever de presença ativa no problema do desenvolvimento que desta vez diz respeito não mais apenas às *classes proletárias* mas às *nações proletárias*”.

Mas nem a advertência do Cardeal Suenens nem tóda a palavra oficial dos bispos do mundo inteiro reunidos em Concílio e nem as encíclicas sociais de João XXIII e Paulo VI se mostram capazes de vencer a barreira intransponível levantada pela estrutura eclesiástica. A instituição continua enredada em suas malhas internas. Por isso, muitos respondem afirmativamente à pergunta: é tempo de abandoná-la, para construir a Igreja do futuro? ##



## Trens Trafegam à Maneira Fiat Em Cinco Continentes

As silhuetas vigorosas dos carros e das locomotivas Fiat são figuras familiares e bem-vindas nos mais distantes lugares.

Em qualquer idioma do mundo, a palavra Fiat significa automóvel. E o automóvel correu mundo tanto quanto o nome Fiat. Os carros Fiat tiveram grande penetração onde quer que tenham chegado, desde 1899, quando tudo começou.

Hoje em dia, Fiat significa transporte de todo tipo e engenharia de obras públicas. Poucos anos após o nascimento do automóvel da Fiat, seus fundadores compreenderam que se tornavam conhecidos como um centro mundial de engenharia. Desde então, essa distinção tem sido conservada da melhor maneira possível e continuamente aumentada.

Hoje você pode viajar num trem Fiat na Argentina, tomar um ônibus Fiat em Bangkok, usar um caminhão Fiat em Tunes, encontrar tratores Fiat nas mais diversas partes do mundo, visitar barragens construídas pela Fiat na África e no Oriente próximo, guiar através de túneis transalpinos que a Fiat ajudou a construir, ou voar num jato Fiat.

Onde quer que você se encontre, se está interessado em transporte ou engenharia, a Fiat em Turim estará ao seu dispor para um contato proveitoso.

**FIAT em tôda a parte**



**FIAT**

## O "uniforme de vôo" mais antigo do mundo

O quimono usado pela aeromoça da JAL é tão tradicional quanto a hospitalidade japonesa. No entanto, também reflete individualidade, pois ela mesma escolheu o padrão do tecido. Foi o seu traje de formatura na exigente "escola de aperfeiçoamento" para aeromoças da JAL.

## mostra como será o seu vôo-de-sêda

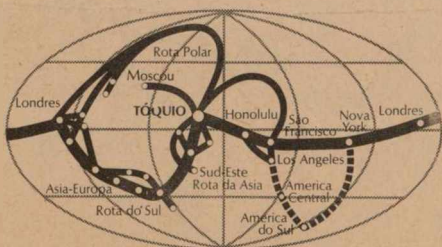
O quimono é o mais feminino dos trajes e é também uma tradição do Japão. A tradição que obriga a beleza e a graça a fazerem parte de um serviço perfeito... como você descobrirá durante o vôo.

## pela linha aérea internacional do Japão

Observe como é graciosa a maneira pela qual a aeromoça lhe serve uma xícara pequena de sake morno. E como oferece hors d'oeuvres *tsumami mono* antes de servir os pratos da excelente cozinha continental da JAL. Enquanto ela o atende, você estará experimentando a arte de agradar o próximo que tem 1,200 anos.



**MAGNÍFICAS OPORTUNIDADES DE VIAJAR PELA JAL.** Para este ou oeste, pelo oceano Atlântico ou Pacífico, Você pode, durante o inverno, desfrutar dos preços reduzidos e o prazer de viajar pela Japan Air Lines. Você pode voar para Londres e Europa via Nova York, ou para Tóquio e todo o Oriente via Havaí. Pela JAL Você pode até mesmo voar ao redor do mundo iniciando sua viagem pela direção que melhor lhe convir. Para maiores informações consulte o seu agente de viagem.



**JAPAN AIR LINES**   
A linha aérea mundial japonesa

Av. São Luiz, 161, Fones: 37-3828 e 32-9138-S. Paulo

# visão

Vol. 32 — N.º 7 — 12 de abril de 1968

Editor e Diretor-Responsável  
Saíd Farhat

Conselho Editorial  
Octavio Gouvêa de Bulhões  
Presidente

Jorge Leão Teixeira  
Luiz Alberto Bahia  
Diretores

Redação  
Diretor  
Washington Novaes

Editor-Chefe  
Zuenir Carlos Ventura

Diretor-de-Arte  
Ziraldo Alves Pinto

Editôres  
Aloysio Biondi — Economia e Finanças  
Cláudio Bueno Rocha — Cultura  
Henrique Coutinho — Internacional

Redatores E. Pacote, Fábio Mendes, Antônio Sérgio Monteiro, Flávio A. Pinheiro, Nivaldo T. Manzano, Norma P. Rêgo, Roziska Ribeiro, Wladir Dupont. Fotografia: Georges Gafner, Efraim Frajmund. Revisão: Ruy Onaga — chefe. Mauro Feliciano Alves, Sebastião Valim. Arquivo: Urandi B. Castro. Dep. de Arte: Manoel C. Mayrink. Colaboradores: Antônio Callado, Assis Villela Neto, Delmiro Gonçalves, Ferreira Gullar, J. Kosinski Cavalcanti, Lauro Oliveira Lima, Luiz Viana, Oriel P. do Valle, Paulo Lorgus, Rubem Braga, Sophie Rhosenhaus, Vladimir Herzog. Correspondentes no País: Aracaju: Francisco Rosa Santos; Belo Horizonte: Waldemar P. Coronha; Culabá: Pedro Rocha Jucá; Curitiba: Milton Cavalcanti; Fortaleza: Aloysio Bonavides; João Pessoa: Afonso Pereira; Manaus: Philippe Daou; Natal: Otomar Cardoso; Porto Alegre: Antônio Barata; Recife: Vladimir Calheiros; Salvador: Wilton Soares; São Luís: Sebastião Jorge. Correspondentes no Exterior: Argentina: Daniel Prieto; América Central: Júlio Smith; Bonn: Hans Khlmeij; Bruxelas: Peter Dreyer; Caracas: Ricardo Ocampo; Dusseldorf: Ferdinand Simonelt; Genebra: Janos Lengyel; La Paz: Gonzalo Lopez Muñoz; Lima: Enrique Chirinos Soto; Londres: Wilfred Ryder; Madrid: Adolfo Drigani, Emilio Moya, Alfredo Gomez Legendre; México: José Audifred; Nova Delhi: Srikrishna; Nova York: Igor Gordevitch, Fortuna Calvo; Ottawa: A. J. Wright; Paris: George Herald; Quito: Sólón Ramírez; Roma: Corrado Pallenberg; Santiago: Marcos Chamudes; Telavive: Henri Zoller; Tóquio: Karl Bachmeyer; Washington: Anne Mansfield, Winthrop Carty. Publicada pela Sociedade Editorial Visão Ltda. A revista Visão se reserva todos os direitos, inclusive os de tradução, no Panamá, Grã-Bretanha, México, Chile, Bolívia, Cuba, Venezuela e em todos os países signatários da Convenção Pan-Americana e da Convenção Internacional sobre os Direitos Autorais. Departamento de Publicidade: SÃO PAULO: Gerente: Roberto Prado Camarinha; Assistente da Diretoria e Encarregado de Promoções: Glaudivston Eisenlohr; Representantes: José Carrari e Luiz Antônio Nazareth. RIO: Gerente: F. S. A. Conde; Representantes: Robert Kastrup e João Batista de Miranda Netto. PORTO ALEGRE: Carlos Regius. CURITIBA: Carlos Cauby Silveira. SALVADOR: Clímério Andrade.

Assistente da Diretoria: Ramiro Müller.  
Produção: Gerente: Rubens Brazil Folino; Antônio Colhado.

Endereços: SÃO PAULO: Rua 7 de Abril, 125 — 4.º andar — Tels.: Diretoria 34.9364 e 33.5116; Redação 33.4184/5; Assinaturas 32.9226; Contabilidade 36.0484; Publicidade 33.5116. RIO DE JANEIRO: Avenida General Justo, 275 b — Tels.: — Publicidade 52.3085; Circulação 52.5747; Redação 52.8968.

Departamento de Circulação: Gerente: Luiz Nardi. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. — RIO DE JANEIRO — Rua Teodoro da Silva, 907 — Tels.: 58.5155 e 58.5959. SÃO PAULO — Rua Capistrano de Abreu, 71 — Tel.: 52.3086. Departamento de Assinaturas: Gerente: Pedro Louzada. (Para endereços de representantes, veja ao pé da seção "Cartas".)

Composta e impressa pela  
Companhia Lithographica Ypiranga  
São Paulo - Brasil

Membro do



## PARA SUA INFORMAÇÃO:

Em fins do ano passado, ao receber o Prêmio Esso de Informação Econômica, um dos editôres de VISÃO, definindo a linha editorial que imprimia a seus artigos e que o levava àquele resultado, afirmava que, basicamente, pusera em prática um pensamento visceralmente contrário à "imprensa do faz-de-conta". Ou seja, à imprensa falsamente objetiva, que alega levar ao leitor "apenas os fatos", quando esses "fatos" contêm doutrinas, filosofias, opiniões, tomadas de posição. E quando essa mesma imprensa não dá ao leitor outras informações indispensáveis, que o habilitem a interpretar os "fatos", a julgar essas opiniões, filosofias, doutrinas, posições.

Exemplificando com o mesmo "fato" citado pelo editor: um Ministro diz que o acôrdo de garantia de investimentos Brasil/Estados Unidos é bom para o Brasil. Noticiar apenas isso é tentar induzir o leitor a concordar com a opinião — quando é preciso habilitá-lo a julgar essa opinião (pois nada mais é que uma opinião); quando é preciso mostrar que, ao dar essa opinião, o Ministro revela uma opção em matéria de doutrina econômica e política; quando é preciso dizer que doutrina é essa, quais as suas conseqüências, quais os seus eventuais aspectos vulneráveis; quando é preciso examinar se ela é compatível com o interesse nacional.

Para levar avante uma tarefa como essa, entretanto, é preciso que um órgão de comunicação se disponha a examinar e interpretar *com o leitor* e não *para o leitor*. A primeira atitude implica examinar *com* ele as origens e conseqüências do "fato"; no segundo caso, necessariamente, a imprensa se coloca numa posição fechada, engajada *a priori*, pois não raciocina com o leitor, não o habilita a selecionar e julgar: ela seleciona e impõe informações isoladas, que o público tenderá a aceitar passivamente queira ou não. Para repetir amanhã a opinião que lhe foi levada como um "fato".

Evidentemente, o tipo de jornalismo praticado em VISÃO nos últimos tempos desperta incompreensões, inconformismos, reações, pressões. Os profissionais desta revista que escolheram tal caminho, entretanto, sentem-se tranqüilos por terem levado a missão até o fim e plenamente recompensados com a reação do público nos últimos meses. Basta ler, para verificar a qualidade e a intensidade da reação, a seção *Cartas* deste número, onde está o resultado desse trabalho — o nível em que os leitores passaram a colocar suas preocupações.

### NESTE NÚMERO

A Economia .....	39	Educação .....	77
A Mulher .....	92	O Mundo .....	29
Arte .....	83	O País .....	21
Cultura .....	78	Psicologia .....	84
Documento .....	66	Sociologia .....	83